
“AS POTENCIALIDADE AGRÍCOLAS DE PORTO NOVO”: A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA DE ITAPIRANGA (SC) COM A COOPERAÇÃO DA ALEMANHA OCIDENTAL

“THE AGRICULTURAL POTENTIAL OF PORTO NOVO”: THE AGRICULTURE MODERNIZATION OF ITAPIRANGA (SC), BRAZIL, WITH THE COOPERATION OF WEST GERMANY

DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/2178-3748.2018.1.24587>

Douglas Orestes Franzen
Doutor em História (UPF) – Professor da FAI Faculdades
douglas_franzen@yahoo.com.br

RESUMO: O texto objetiva analisar o Relatório de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga, produzido em 1962 através do engajamento da comunidade local e sob financiamento da instituição alemã Misereor. Pretende-se estabelecer relações conjecturais desse movimento que se caracterizou desenvolvimentista num cenário de modernização e integração da economia brasileira, principalmente em regiões agrícolas. Defende-se a ideia de que esse movimento, mesmo que de cunho local, esteve atrelado a uma conjuntura mais abrangente, fortalecendo a ideia de que os espaços regionais se vinculam e são condicionados por lógicas históricas conjunturais.

PALAVRAS-CHAVE: Itapiranga, desenvolvimentismo, Misereor, economia.

ABSTRACT: The paper aims to analyze the Relatório de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga, produced in 1962 by engaging the local community under funding from the German institution Misereor. It is intended to establish conjectural relations of this movement which was characterized developmental stage in the modernization and integration of the Brazilian economy, especially in agricultural regions. It defends the idea that this movement, even though local nature, was linked to a broader context, strengthening the idea that regional areas are linked and are conditioned by historical cyclical logic.

KEYWORDS: Itapiranga, developmentalism, Misereor, economy.

INTRODUÇÃO

Com o processo de modernização e integração da economia brasileira, intensificado a partir da década de 1950, e a onda do desenvolvimentismo como baluarte para um idealizado progresso brasileiro, proliferaram-se pelo interior do Brasil projetos que tinham como finalidade a integração da economia local ao contexto brasileiro. Estimulados por medidas econômicas governamentais, representados por inúmeros planos de metas, esse espírito desenvolvimentista se cristalizou com variadas manifestações e realidades locais. Pode-se destacar que este contexto foi marcante no setor da agricultura, quando o processo de urbanização e de produção de bens de consumo, exigiu do setor uma nova dinâmica diante dos projetos de crescimento da economia brasileira.

No Estado de Santa Catarina essa realidade se tornou bastante significativa, principalmente na região Oeste do estado, com uma cadeia produtiva historicamente alicerçada na agricultura. As medidas de integração econômica e modernização da agricultura estabeleceram um padrão de desenvolvimento direcionado à produção agroindustrial visando a produção de bens de consumo no setor de alimentos (GOULARTI FILHO, 2002).

Nesse sentido, o objetivo do texto é compreender sob quais nuances essa proposta se concretizou no município de Itapiranga, diante do cenário de emancipação do município em 1954 e do desejo de algumas lideranças locais em ressignificar os padrões econômicos locais diante de uma constatação de “atraso” ante de um cenário mais abrangente. Nesse sentido, a análise buscará compreender a elaboração do Relatório de Desenvolvimento Econômico de 1962, documento norteador que estabeleceu deficiências e possibilidades locais diante do cenário da modernização e de um ideal de progresso.

Tendo como fonte de análise o referido documento, buscaremos tecer cadeias de relações buscando entender a realidade local como uma manifestação regional inserida num contexto mais amplo, de uma perspectiva brasileira diante de um projeto de alinhamento econômico que respeitou também uma lógica internacional. Para consolidar essa perspectiva, inserimos na discussão a instituição de cooperação Misereor, da Alemanha Ocidental, como financiadora do projeto de elaboração do Relatório de Desenvolvimento Econômico de 1962 em Itapiranga. Para tanto, o projeto de desenvolvimento desencadeado localmente na década de 1960 transnacionalizou-se, alcançando proporções que foram muito além de um interesse local, consolidando a ideia de que o regional se insere numa perspectiva mais abrangente. A região, por mais isolada ou única, está atrelada à uma conjuntura maior, a qual está condicionada e da mesma forma, condiciona.

Partimos como referência de pesquisa para a constituição da análise, o Relatório de Desenvolvimento Econômico de 1962, disponível no arquivo da Sicoob Creditapiranga em Itapiranga-SC, e o projeto de cooperação financiado pela Misereor, disponível no arquivo da instituição em Aachen na Alemanha¹.

UMA LEITURA DO LOCAL

A região de Itapiranga, localizada no extremo oeste catarinense, foi palco de um processo de colonização iniciado em 1926, sob coordenação da Sociedade União Popular, conhecida como *Volksverein*. O município emancipou-se de Chapecó em 1954, englobando a

¹ Esta pesquisa se tornou possível através de estágio de pesquisa realizado em 2016 na Universidade RWTH Aachen, Alemanha, sob orientação do Professor Bernward Schmidt, com apoio financeiro do DAAD.

região que atualmente corresponde aos municípios de Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis, bem como algumas faixas de terra dos municípios de Iporã do Oeste e Mondaí.

Imagem 01: Mapa de Santa Catarina com destaque para a região do município de Itapiranga em 1954.



Fonte: Produzido pelo autor.

A colonização Porto Novo, hoje Itapiranga, foi idealizada para ser uma colonização de caráter étnico e religioso, pois um dos requisitos para a compra de lotes coloniais era a ascendência alemã e católica. A colônia alicerçou-se sob a formação de propriedades agrícolas de pequeno porte, que se desenvolveram sob os alicerces da mão de obra familiar e da produção de cultivos para a comercialização e consumo do grupo familiar, reproduzindo sujeitos que historicamente no Sul do Brasil se convencionou denominar de colonos (NEUMANN, 2009).

A atividade comercial esteve vinculada à produção agrícola, seja pela comercialização dos produtos agrícolas, seja pelo fornecimento de matéria-prima necessária à atividade, bem como de produtos de consumo humano. O desenvolvimento da atividade industrial e fabril esteve nas três primeiras décadas (1926-1950) limitada basicamente à atividade madeireira e à fabricação de produtos de utilidade humana ou necessários para prática agrícola, como o beneficiamento do tabaco, por exemplo.

As práticas agrícolas eram determinadas basicamente pelos ensinamentos que se acumulavam e eram transmitidos pelas gerações. A propriedade era um espaço de recriação de saberes, adequações espaço-temporais que caracterizaram uma atividade condicionada pelas estruturas naturais. Nesse sentido, diversas práticas se perpetuavam como técnicas comuns, como a queimada da roça, por exemplo, atividade antiga que Roche (1969) já relacionava à escassez do potencial produtivo das colônias agrícolas do Sul do Brasil.

A concepção acerca das condições de vida e de trabalho do colono, no sentido de difundir novas práticas e prestar assistência visando a continuidade da atividade, já era uma

prática que vinha de longa data. No final do século XIX, com a realização dos Congressos Católicos no Sul do Brasil, por exemplo, onde, segundo Werle (2006), buscava-se difundir discursos e práticas acerca da atividade agrícola praticada nas propriedades rurais das colônias. Eram temas recorrentes desses congressos aspectos como queimadas, reflorestamento, rotação de cultura, combate às pragas da lavoura, adubação verde, erosão, cuidados com a limpeza da água e temáticas mais amplas envolvendo a formação de organizações de agricultores e estruturação da pequena propriedade rural.

A partir da década de 1960, como um alinhamento à uma tendência brasileira de desenvolvimentismo, quando o espaço agrícola e o interior do País adentraram de forma mais efetiva no rol de preocupações do estado brasileiro como um setor “atrasado” e “carente” de políticas públicas, é que o discurso da necessidade de “desenvolver” o campo se ampliou e tornou-se mais incisivo. Esse processo é conhecido como revolução verde (SILVA, 1981). Em Itapiranga, isso começa a ficar mais evidente com a emancipação do município em 1954.

Nessa perspectiva, Pereira (2011) entende que desenvolvimentismo pode ser caracterizado como o movimento que se tornou evidente no Brasil após a Segunda Guerra Mundial (1940-1944). Para Pereira, as ideias-força do desenvolvimentismo eram:

- 1) a industrialização é a via da superação da pobreza e do subdesenvolvimento; 2) um país não consegue industrializar-se só através dos impulsos do mercado, sendo necessária a intervenção do Estado (intervencionismo); 3) o planejamento estatal é que deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos necessários; 4) a participação do Estado na economia é benéfica, captando recursos e investindo onde o investimento privado for insuficiente. (PEREIRA, 2011, p. 122)

COMISSÃO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Diante do contexto do município de Itapiranga na década de 1950, lideranças locais iniciaram discussões para buscar alternativas econômicas e sociais com a intenção de promover o que se imaginava como o desenvolvimento ideal. Nesse sentido, como destaca Hahn (2005), formou-se a Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga – Comude, caracterizando-se como uma composição de lideranças regionais “com os objetivos de promover, coordenar e controlar a execução das sugestões do plano de desenvolvimento econômico para Itapiranga, assim como de manter vivo e atuante o espírito desenvolvimentista da população” (HAHN, 2005, p. 52).

A Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico foi uma entidade representativa dos diversos segmentos da sociedade: indústria, comércio, agricultura e

administração pública. A Comude nasceu basicamente como consequência do Plano Econômico idealizado pela Administração Municipal de Itapiranga no ano de 1960. A Comissão se reunia regularmente para discutir ações de desenvolvimento econômico e social e mantinha contato direto com agências de fomento e lideranças políticas estaduais. As medidas tomadas visando o desenvolvimento da região de Itapiranga a partir da década de 1960 foram praticamente todas elas idealizadas pela Comude. Era função da referida comissão, decidir quais os setores estratégicos ou deficientes que necessitavam de investimentos e, acima de tudo, estimular a sociedade regional a participar ativamente da execução dos projetos que seriam postos em prática.

Os membros da Comude demonstravam conhecer os setores que, na sua visão, teriam maior deficiência, tendo um contato direto com os diversos segmentos da sociedade, pois se tratava de uma entidade representativa. Como podemos perceber em fragmento de jornal local do ano de 1962, a Comude atuava em diversos segmentos da economia, como por exemplo, no assessoramento técnico aos agricultores e na vacinação de animais contra verminoses (JORNAL ITAPIRANGA EM MARCHA, 1962, P. 1).

A Comude era uma entidade representativa que discutia os projetos de desenvolvimento para Itapiranga. Em parceria com a Caixa Rural União Popular, uma cooperativa de crédito local, iniciou o contato com a Misereor visando a arrecadação de recursos para a execução de projetos de desenvolvimento. Uma das personalidades que pode ser considerada importante nesse processo de buscar recursos junto à Misereor foi Heinrich Lenz (1901-1986), imigrante alemão que fixou residência em Itapiranga no ano de 1933.² A Misereor, percebendo a demanda por projetos de Itapiranga, indicou uma empresa de assessoria no Brasil para efetuar um estudo das deficiências e dos potenciais econômicos da região. Esse estudo foi financiado pela Misereor e resultou no Relatório de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga de 1962.

A MISEREOR DA ALEMANHA

O surgimento da instituição Misereor em 1959 na Alemanha Ocidental deve ser entendido num esforço de entidades governamentais e não governamentais e da sociedade

² Heinrich Lenz imigrou da Alemanha para o Brasil em 1933, instalando-se em Itapiranga. Ele possuía formação acadêmica na área do Direito na Alemanha e sua atuação nos projetos de desenvolvimento regional em cooperação com a Misereor foi determinante. Para além de Itapiranga, Heinrich Lenz passou a assessorar entidades de diversos municípios do Sul do Brasil que buscavam recursos financeiros de instituições de cooperação alemãs como a Misereor e a Adveniat. A família Lenz, que hoje ainda reside em Itapiranga, possui um arquivo com fragmentos dos projetos intermediados por ele nas décadas de 1960 e 1970.

civil europeia na tentativa de construir um processo de paz e fortalecimento das ações conjuntas visando a promoção da justiça social depois da Segunda Guerra Mundial. Fortalecidos principalmente pela Declaração Universal dos Direitos Humanos das Organizações das Nações Unidas (1948), os movimentos de cooperação humanitária proliferaram-se por diversos países da Europa, muitos vinculados a instituições religiosas cristãs. Obviamente que o contexto da ação social católica e do Concílio Vaticano II também são fatores a considerar, mas para efeitos de correlação com o tema, compreenderemos a particularidade da consolidação e da expansão da Misereor na década de 1960.

No ano de 1959 é fundada oficialmente a instituição Misereor, com sede na cidade de Aachen, na Alemanha. A partir de então iniciam os projetos coordenados pela instituição, que, mesmo vinculada à Igreja Católica Alemã, possui suas próprias diretrizes e linhas de ação. Mesmo sendo a entidade de caráter humanitário e de caridade, a instituição Misereor nasceu num contexto conturbado de geopolítica da Guerra Fria e por isso, a sua perspectiva e discurso não eram algo de extraordinário. Era a mentalidade que se construiu no momento e o discurso de fazer frente à expansão da União Soviética nos países do Terceiro Mundo era uma diretriz consentida pelo Vaticano (FRANZEN, 2015).

Em sua tese de doutoramento, Sylvie Toscer (1997) aponta que a Misereor surgiu sob os princípios de ajuda humanitária da Igreja Católica alemã para combater a fome e a miséria nas regiões consideradas subdesenvolvidas do mundo. No entanto, conforme a autora, parece paradoxal que esse movimento tenha surgido na década de 1950, momento em que a Igreja alemã preocupava-se seriamente com questões internas do catolicismo, com a miséria social e religiosa dos fiéis, com a reconstrução de uma ordem social cristã e a situação dos católicos em zonas de ocupação soviética.

A maioria dos recursos financeiros que mantinham as políticas de cooperação da Misereor provinham de sua maioria da arrecadação feita junto a católicos da Alemanha. Fato que merece destaque é de que as campanhas de doações cresceram de forma vertiginosa com o passar dos anos. Esse processo representou uma evolução da mentalidade das pessoas quanto às condições de vulnerabilidade das populações mais carentes no mundo. Conforme Norbert Elias (1997), esse processo passou a ser mais incisivo e mais consistente na segunda metade do século XX.

Entendemos de que o sentimento de ajuda que norteou a ação da Misereor ao longo do século XX foi movido por esse sentimento de humanização e caridade, sendo que um dos grandes incentivadores desse contexto foi a Igreja Católica através do complexo movimento do Concílio Vaticano II. Se a Misereor nasceu num contexto de Guerra Fria, onde havia a

disputa geopolítica por regiões de influência no mundo, principalmente nas regiões consideradas subdesenvolvidas, fica evidente de que o discurso se alinharia a esse cenário.

A partir da fundação da Misereor em 1959, a instituição passou a organizar campanhas anuais de mobilização por doações, bem como receber e gerenciar os recursos financeiros para ações de mobilização humanitária no mundo subdesenvolvido. As regiões de ação da instituição direcionaram-se ao que se denominou de Terceiro Mundo, ou países subdesenvolvidos, a destacar: América Latina e Caribe, África e Ásia. Nesse sentido, a Misereor passou a organizar anualmente o que ela denominou de *Fastenaktion*, ou seja, campanhas de coleta de recursos com um tema norteador.

Quando foi fundada em 1959, a Misereor surgiu basicamente sob os alicerces da Igreja Católica Alemã idealizada pela Confederação dos Bispos daquele país e era sustentada com recursos provindos basicamente de coletas e de doações de pessoas da sociedade civil. No entanto, no ano 1961 com a criação do *Bundesministerium für wirtschaftliche Zusammenarbeit und Entwicklung*, ou Ministério para Cooperação Econômica e Desenvolvimento do Alemanha Ocidental, a entidade passou a receber recursos financeiros do Estado como entidade promotora de cooperação e desenvolvimento. Essa lógica se tornou um instrumento de política externa da Alemanha Ocidental (ERB, 2003).

Nos anos 1960 o governo alemão foi pressionado pelo bloco ocidental a promover políticas de desenvolvimento e cooperação aos países em desenvolvimento, numa clara alusão à contensão das zonas de influência soviética, num contexto geopolítico da Guerra Fria. Nesse cenário, entidades como a Misereor recebiam recursos do Governo da Alemanha Ocidental e consequentemente eram pressionados a respeitar essa lógica geopolítica. É nesse contexto da década de 1960 que se estrutura a expansão da Misereor alicerçada em recursos adquiridos de campanhas de doação, de recursos financeiros provindos de dedução de impostos de pessoas física e da Igreja Católica e de recursos financeiros provindos do referido Ministério do Governo alemão.

Kiefer e Risse (1962), elencam as linhas de ação definidas pela Misereor para selecionar os projetos de cooperação transnacional que seriam contemplados com auxílio financeiro da entidade. Essas linhas de ação representam as prioridades da concepção de cooperação para o desenvolvimento socioeconômico, consideradas prioritárias para a Misereor, tais como a questão da produção de alimentos, a base econômica e a infraestrutura agrícola, as escolas de formação, a assistência à saúde, a formação de lideranças.

Enfim, contextualizada a gênese da cooperação da entidade Misereor, é possível adentrar na análise do projeto de elaboração do Relatório de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga de 1962.

RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE ITAPIRANGA

A Misereor indicou para a Comude a assessoria de uma empresa que realizava estudos técnicos para projetos de cooperação no Brasil. A Agro e Hidro Técnica S.A., com sede em São Paulo, era vinculada à empresa alemã *Agrar und Hydrotechnik*, que em parceria com a Misereor desenvolvia projetos de fomento econômico e social em diversos países. Os recenseadores estiveram em Itapiranga e iniciaram os preparativos para o recenseamento e também coordenaram a execução do projeto junto à Misereor.

O projeto, financiado pela Misereor no valor de 25.000 DM (aproximadamente 15.000 Euros), foi intitulado de “Pesquisa acerca das potencialidades agrícolas da Colônia Porto Novo”, numa referência ao antigo nome da colonização³. O recurso foi depositado na conta da Caixa Rural União Popular de Itapiranga, uma cooperativa de crédito local.

É preciso destacar que o estudo de levantamento socioeconômico elaborado pela empresa Agro e Hidrotécnica S.A. não revelou muitas novidades para as lideranças locais, somente fortaleceu aspectos que já eram de conhecimento de alguns. A necessidade da construção de um frigorífico em Itapiranga, por exemplo, já era uma aspiração antiga de alguns segmentos da sociedade local, visto a grande produção de suínos na região e a complexa logística de transporte e abate desta matéria-prima. Isso também fica evidente nos fragmentos de jornais locais. Tanto é que, já em novembro de 1961, fora instituída em Itapiranga uma Comissão Provisória vistas à instalação de um frigorífico na região, muito antes da conclusão do estudo técnico.

O Relatório de Desenvolvimento Econômico ajudou a dar alguns nortes para futuros investimentos para a época, além de ser um documento oficial utilizado para pleitear recursos de órgãos governamentais e de instituições de fomento. Esse levantamento socioeconômico representou um estudo abrangente, englobando desde dados geográficos até a identificação pormenorizada da situação econômica local.

Em artigo publicado num jornal de Itapiranga, argumentava-se que era necessário sensibilizar as instituições de fomento da Alemanha com dados estatísticos e argumentos de que era preciso melhorar as condições de vida da população de Itapiranga. Conforme

³ O projeto pode ser acessado na íntegra no arquivo da Misereor em Aachen, Alemanha, pelo código 233-058/003. Para acessar o arquivo é necessário um breve processo de autorização junto à Misereor.

Keglewich, “necessitamos comprovar com dados e argumentos sólidos a viabilidade destes projetos. Todos os habitantes da antiga Colônia de Porto Novo estão incluídos neste plano.” (KEGLEWICH, 1962, p. 1)

O projeto foi iniciado junto à Misereor em março de 1962 e analisado pelo departamento de projetos da América Latina, onde consta a seguinte justificativa:

A atual aflição em Itapiranga não pode ser comparada as zonas rurais do Nordeste, embora exista em Itapiranga situações de miséria. O que deixa esta situação trágica nesta colônia é que o desenvolvimento estagnou e com isto é decadente. O projeto é, portanto, confiável segundo avaliação de especialistas pois torna possível o desenvolvimento de produtos agrícolas, que podem ser vendidos nas grandes cidades, apesar da distância. Por sua vez elencar essas possibilidades é o objetivo do referido Relatório (PROJETO 233-058/003, Arquivo da Misereor, Aachen).

Aprovado o recurso, a empresa iniciou os preparativos para a execução do recenseamento para a coleta dos dados com a finalidade de elaborar o relatório. Para tanto, foi mobilizada uma equipe local para visitar as famílias da cidade e do interior, a fim de aplicar um questionário. O questionário consta no projeto, no arquivo da Misereor, e inicia com instruções gerais de como deve ser feita a abordagem junto às famílias. A instrução nos é muito elucidativa:

A minuciosa análise científica de todas as respostas mostrará o rumo que deverá ser tomado pela Colônia para alcançar uma melhoria das condições de vida através de um aumento da produtividade racional e dentro do grupo social determinado. Assim cada membro da colônia poderá alcançar a finalidade temporária da sua vida: uma vida mais humana. (PROJETO 233-058/003, Arquivo da Misereor, Aachen)

Na sequência do questionário são apresentadas propostas e finalidades a que se propõe o desenvolvimento do estudo de viabilidades econômicas, com objetivo de sensibilizar a comunidade local quanto à necessidade dos projetos de desenvolvimento. São apresentadas como possibilidades um melhor aproveitamento das riquezas da terra que “Deus” colocou a disposição da inteligência dos homens, através da racionalização das plantações, da defesa contra a erosão, do melhoramento dos animais criados, do beneficiamento e da industrialização dos produtos (instalação de um frigorífico-matadouro, entreposto de leite, de ovos, etc.) aumentando assim, as possibilidades de empregos também; conseguir melhor e mais barata distribuição dos bens de consumo, melhorando os meios de transporte e as rodovias; introduzir o ensino e a educação profissional; organizar uma orientação e assistência para o agricultor; conseguir por meio das realizações acima, melhoria geral do meio de vida, o

que também resultará na elevação cultural (PROJETO 233-058/003, Arquivo da Misereor, Aachen).

Constata-se que há um apelo para que se construa em Itapiranga um ideal de desenvolvimentismo diante das possibilidades econômicas da região. Esse discurso é característico do período, sendo que ideais de desenvolvimentismo e de progresso eram a tônica em regiões agrícolas do Oeste de Santa Catarina. No questionário engendram-se a concepção de desenvolvimento juntamente com a ideia da dignidade humana, que se tornaria possível por meio da racionalização das forças produtivas. A meta da elevação cultural é extremamente simbólica, ou seja, com a proposta de desenvolvimento idealizada para Itapiranga propunha-se uma perspectiva de mudança dos valores e das tradições até então vigentes na comunidade local.

Junto às orientações de aplicação do questionário, consta também que é importante ressaltar junto à população que era necessária a colaboração de todos para o alcance dos objetivos de desenvolvimento de Itapiranga. Cabe questionar o fato de que os objetivos de desenvolvimento já estavam claros para algumas lideranças locais, ou seja, era uma ação que remeteria a um objetivo já previamente estipulado. O projeto de desenvolvimento de Itapiranga estava evidente para a Comude e para lideranças políticas e empresariais. Era necessário apenas achar meios de sensibilizar e engajar a população nesse processo.

Concluído o Relatório de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga, ele foi enviado para a Misereor em ofício datado do dia 19 de setembro de 1962, como pode ser visto no arquivo da instituição junto ao dossiê do projeto. Junto ao relatório, citam-se decisões tomadas pela Comude de Itapiranga, a destacar:

- Fundação de uma Cooperativa de Leite;
- Fundação de um frigorífico;
- Criação de uma escola de formação profissional com cursos de açougueiro e fabricação de derivados de leite, sob a coordenação do Instituto São Canísio (Jesuítas).
- Realização de uma campanha para combate a parasitas e pestes diversas que afetam a população e os animais;
- Formas de conseguir recursos para custeio e ampliação do Hospital;
- Contatar o Banco do Brasil acerca da possibilidade de oferecer pequenos empréstimos para os agricultores.

O relatório apontou o que seriam as deficiências e as potencialidades para o desenvolvimento econômico de Itapiranga, como podemos perceber nas conclusões acima. Nas análises que faremos na sequência acerca do referido relatório, percebemos a insistência

em comprovar, com dados estatísticos, a condição de deficiência da economia e da população de Itapiranga. O discurso exposto argumenta que havia a intenção de sensibilizar as autoridades alemãs e brasileiras da necessidade de financiar projetos de desenvolvimento na região.

Para compreender melhor as conclusões do documento, analisaremos alguns pontos que sintetizam o ideal de desenvolvimentismo do projeto.

“SITUAÇÃO, DESCRIÇÃO E LEVANTAMENTO SOCIOECONÔMICO”

O Relatório de Desenvolvimento Econômico apresenta inicialmente uma radiografia detalhada das condições de Itapiranga no ano de 1962, englobando aspectos como orografia, hidrografia, elementos meteorológicos, clima e revestimento florístico.⁴

Destacamos um fragmento do documento que aborda o aspecto do relevo. Conforme o Relatório, em Itapiranga o solo pode ser classificado em categorias, a destacar os vales, as ladeiras com declives suaves, as ladeiras com declives acentuados, inclinações íngremes e rochosas. O estudo aponta que, apesar da atividade agrícola ser desenvolvida em maioria nas duas primeiras categorias, nos últimos, “lamentavelmente”, a região estaria iniciando devido ao aumento da população e a vontade de aumentar a produção o cultivo nos espaços com declives acentuados. Essa conclusão nos é muito pertinente, pois comprova que no final da década de 1950 a agricultura estava sendo praticada de forma extensiva em Itapiranga.

Em relação aos dados demográficos, o Relatório aponta uma população no ano de 1962 de 14.468 habitantes, com uma densidade demográfica de 25 habitantes por quilômetro quadrado. Em relação à distribuição etária da população, o estudo aponta o baixo percentual da população (14%) com idade entre 14 e 21 anos, se comparado ao percentual com idade mais tenra, como até 6 anos de idade (26,7%) e de 6 até 14 anos (23,8%). O Relatório conclui sobre este aspecto que,

Encontramos deste fenômeno na fuga (*grifo original*) da juventude da sua terra natal devido às dificuldades de evolução e progresso. A baixíssima porcentagem (2%) da classe acima de 50 anos de idade demonstra não só o desgaste físico resultante do trabalho penoso e primitivo na roça, mas também a falta de higiene. (AGRO E HIDRO TÉCNICA, 1962, p. 6)

Conforme a distribuição por sexo, no ano de 1962 a população era composta de 54,1% de homens e 45,9% de mulheres. O texto aponta um desequilíbrio na faixa etária de 14 a 21

⁴ O documento poder ser consultado no Arquivo da Sicoob Creditapiranga, em Itapiranga-SC, situado à Rua do Comércio, nº 248, Centro.

anos, onde haveria 12% a mais de homens. O estudo conclui que a razão deste fenômeno encontrar-se-ia na maior fuga das moças das atividades agrícolas, mais penosas nas suas formas primitivas para o físico e o espírito feminino.

Em relação à questão da formação educacional, apesar dos altos índices de educação básica, o estudo destaca a baixa porcentagem (1,7%) da população que teria uma formação profissional sendo um dos maiores males da população. “Este fato alarmante comprova a estagnação, se não o retrocesso em comparação com a formação cultural dos chefes de família. Falta completamente o ensino profissional.” (AGRO E HIDRO TÉCNICA, 1962, p. 7). Com base nesta conclusão, inicia na década de 1960 a discussão quanto à necessidade da construção de uma escola técnica profissionalizante na área da agropecuária, aspecto que abordaremos mais adiante.

No quesito acesso à informação, o estudo aponta que grande parcela da população teria acesso a livros em suas residências, principalmente de cunho religioso. Destacamos o quesito da leitura de jornais e revistas, sendo que 51,9% da população lia jornais ao menos cinco vezes por mês. Este dado é muito interessante para o nosso estudo, pois os jornais locais foram utilizados para levar ao agricultor, através de artigos e reportagens, o discurso da necessidade da modernização das atividades agrícolas.

A distribuição da população quanto à atividade econômica aponta que a predominância é do setor da agricultura, englobando 82,78% da população economicamente independente. Estranhamente o estudo conclui que essa realidade é caracterizante e reuniria todos os problemas de ordem econômica-social da região. Ou seja, com base nos apontamentos do estudo, as condições de vida e trabalho da maioria da população supostamente agrícola seriam as causas do atraso social da população.

Dos 17,2% das demais atividades econômicas, destaca-se o magistério representando no período 3,6% da população economicamente ativa. Conforme o estudo, é ressaltante a quase ausência da atividade industrial, apontando também que 44% da população era economicamente ativa, o que refletiria a laboriosidade da população. O estudo aponta também a ocupação de menores de idade nas unidades agrícolas e a falta de previdência social. Reside aí uma incoerência, pois, se há um espírito de laboriosidade, porque há um atraso e uma deficiência econômica?

Em relação à distribuição da população, o estudo aponta que 25,3% da população vivia no espaço urbano (cidade de Itapiranga e vilas de São João, Sede Capela e Tunas), e 76,7% da população vivia no espaço rural.

Para finalizar o aspecto socioeconômico, o estudo concluiu que a maioria da população de Itapiranga vivia da agricultura em pequena escala com condições precárias, “praticamente isoladas da cultura e da civilização, constituindo um grupo consciente do seu alvo social, porém com a capacidade econômica atual esgotada. Os conhecimentos e métodos aplicados na exploração da terra são desatualizados, irracionais e faltaria uma orientação.” (AGRO E HIDRO TÉCNICA, 1962, p. 15)

Nesse sentido, ganharam força os Clubes Agrícolas e os Clubes de Senhoras, que discutiam entre seus integrantes hábitos de higiene e limpeza, boa alimentação, cultivo de hortas e campanhas educativas. Esses núcleos geraram a partir de 1971 os Clubes 4-S, estimulados pela Acaresc.⁵

Segundo as conclusões discriminadas no Relatório, a formação de novos capitais era altamente prejudicada devido à inflação e ao alto custo da produção. Detectado o aumento das necessidades humanas, o crescimento da população, a lei da divisão do trabalho, o estudo aponta que não se permite mais a concentração das forças produtivas exclusivamente no setor primário.

A densidade demográfica da população de Itapiranga no período era maior do que a do Estado de Santa Catarina e três vezes superior à do país. Conforme o Relatório, o crescimento populacional exigiria providências imediatas para a alocação da juventude excedente, que não encontra mais a sua existência assegurada dentro do município.

O êxodo para novas regiões é desorganizado, e termina muitas vezes em falência; os atraídos pelos centros industriais do país, sem conhecimentos profissionais, encontram a semi-miséria dos salários mínimos, e ficam à mercê das ideologias extremistas (AGRO E HIDRO TÉCNICA, 1962, p. 17).

Essa afirmação nos é muito reveladora, pois, quando o Relatório aponta que uma parcela das pessoas que abandonam a região para morar em centros industriais ficando à mercê dos baixos salários e das ideologias extremistas, podemos compreender que o discurso exaltado no Relatório de Desenvolvimento Econômico era direcionado justamente para sensibilizar instituições de caráter ideológico. Ou seja, o objetivo do estudo era de chamar a atenção da instituição católica Misereor sobre a fragilidade da população de Itapiranga e da ameaça de ideologias extremistas presentes no Brasil no início da década de 1960.

“MELHORAMENTOS COM OBJETIVO ECONÔMICO”

⁵ Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina – Acaresc, fundada na década de 1950, que em 1991 foi denominada de Epagri.

Como complemento do estudo apresentado pelo Relatório de Desenvolvimento Econômico, baseado nas potencialidades e deficiências locais auferidas, são elencadas propostas de execução de projetos visando o desenvolvimento socioeconômico de Itapiranga. Assim, são discriminadas diversas possibilidades e áreas de investimento, como na educação e na saúde pública, no setor de transportes, das comunicações e da energia elétrica. No entanto, o que nos interessa para o momento são as propostas de melhoramento com objetivos econômicos apresentados pelo estudo.

Como a atividade agrícola era desempenhada pela maioria da população no período, o estudo elencou algumas necessidades para o desenvolvimento do setor. Um dos aspectos destacados é o número de propriedades agrícolas por superfície. Conforme o Relatório, das 1.824 propriedades rurais cadastradas, 46,6% eram minifúndios com uma área menor do que 20 hectares. Acerca disso, o texto chama a atenção para o fato de que no primeiro ano de colonização em 1926, o menor lote vendido pela colonizadora era de 24 hectares. “É assustador o desmembramento, resultando com 46,6% das propriedades em minifúndios com menos de 20 hectares.” (AGRO E HIDRO TÉCNICA, 1962, p. 28)

Essa conclusão reforça a tese de que, na década de 1950, a colonização estava enfrentando fragmentação fundiária, afetando diretamente o sistema de sucessão familiar. Com a diminuição da superfície da maioria das propriedades, fruto do processo de divisão histórica entre os filhos que alcançavam a maturidade, menos jovens passaram a ter acesso a uma propriedade com superfície necessária para desenvolver uma agricultura extensiva.

Outro aspecto abordado pelo Relatório reflete o baixo rendimento mensal das famílias dos agricultores no início da década de 1960. Conforme os dados apresentados, o rendimento médio per capita era de Cr\$ 5.268,00 mensais. Este rendimento era considerado muito baixo para o período se comparado ao salário mínimo brasileiro, que no ano de 1961 era de Cr\$ 13.440,00.

Em relação à atividade agrícola, constatamos que as principais culturas praticadas em Itapiranga no início da década de 1960 eram o milho, mandioca, soja, feijão e fumo. As deficiências apontadas pelo Relatório em relação a essas atividades seriam o baixo rendimento por área, inexistência de sementes de variedades selecionadas e garantidas, técnicas culturais rudimentares, doenças e pragas, ausência de medidas de conservação do solo e do combate à erosão, falta do tratamento do adubo orgânico e ausência de uma rotação racional de culturas.

Em relação à criação de animais o estudo destaca a suinocultura, com predominância do caráter de monocultura, participando com 73% da renda bruta no ano de 1961. Como maiores deficiências da suinocultura o estudo destaca a baixa reprodução das porcas, alta relação de varões, criação de raças para produção de banha considerando a raça Duroc-Jersey não mais adequada com respeito à atual procura de carne, falta de melhoramentos zootécnicos, alimentação irracional, precário estado de higiene e sanidade, alto grau de verminose com constante perigo de contaminação de crianças e até adultos, localização e tamanho errados dos chiqueiros, grande mortalidade dos leitões.

Ou seja, o Relatório de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga considerou que a prática da suinocultura no ano de 1961 estava extremamente atrasada e pouco rentável. Essa realidade se estendia, conforme o estudo, também a outras atividades como a bovinocultura de leite, apontando para algumas características gerais da agricultura no período, como a absoluta falta de orientação ao ruralista, desconhecimento das técnicas e métodos modernos, falta de conhecimento de diagnose, prevenção e tratamento das doenças mais comuns dos animais.

É preciso destacar que nas décadas de 1950 e 1960 era muito intensa a discussão quanto à produtividade da agricultura brasileira. As políticas econômicas para esse setor e as instituições de fomento vislumbravam a necessidade de o Brasil adotar um modelo produtivo baseado em outras realidades econômicas de países com outros níveis de desenvolvimento. Então, se o Relatório de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga apontava um determinado nível de atraso da agricultura na região, temos de ter o cuidado de não legitimar um discurso que buscava implantar um novo modelo econômico não só na região, mas no Brasil.

Como entender esse discurso de atraso da agricultura regional? De que forma ele se justifica numa região que possuía uma cooperativa de crédito, no caso a Caixa Rural União Popular – fundada em recursos advindos de economias financeiras dos colonos – um capital social sólido e pujante capaz de incrementar a instalação de empreendimentos associativos e produtivos? Em 1960 a cooperativa de crédito local tinha 700 associados. Obviamente que o percentual de associados à cooperativa de crédito era muito baixo em relação ao número total de habitantes, que beirava os 15.000. No entanto, é preciso vislumbrar que, na época, era muito comum os colonos terem suas economias financeiras depositadas de forma informal junto aos comerciantes e as casas comerciais locais. Esse capital, que não pode ser contabilizado, certamente era de uma soma considerável. A produção do discurso e do imaginário sobre as condições de vida obviamente são produzidos com intencionalidades. A

constituição da realidade se dá com base na perspectiva que se formata e que é condicionada pelas relações de poder que se cristalizam na sociedade.

A concepção de desenvolvimento e atraso precisa ser compreendida na dialética do discurso e sua relação com o poder que se estabelece nas relações sociais. Conforme Foucault, “o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso.” (FOUCAULT, 1979, p. 8)

Nesse sentido, é preciso conceber a noção de desenvolvimento e atraso na intencionalidade do poder, que se estabeleceu no país de uma maneira geral com os ideais desenvolvimentistas da década de 1950 e que se enraizou na região de Itapiranga na concepção de atraso da agricultura no quesito trabalho, produtividade e lucratividade.

Nesse período se disseminou uma concepção de que era preciso modernizar a agricultura e inerir um sentimento progressista na população. Esse processo ficou muito evidente na região Oeste de Santa Catarina, onde a agricultura foi paulatinamente sendo vinculada aos complexos agroindustriais e aos sistemas de integração (MICHELS, 1998). Os discursos de modernização foram assumidos pela imprensa, por lideranças políticas, entidades governamentais e esferas sociais diretamente interessadas na modernização das relações produtivas, principalmente os comerciantes. Nesse contexto, os colonos e agricultores se viam diante do dilema de se alinhar ao processo, ou de recusá-lo, ficando à mercê do contexto econômico.

“MELHOR APROVEITAMENTO DA PRODUÇÃO PRIMÁRIA: INDUSTRIALIZAÇÕES”

Como solução das deficiências detectadas na agricultura, principalmente no que tange à geração de renda, o estudo apontou a necessidade de se implantar o processo de industrialização da matéria prima produzida na região. Conforme o Relatório, a estrutura econômica e social, a situação geográfica e de transportes, as condições climáticas e a conjuntura dos mercados nacionais e internacionais predestinam a evolução regional da agropecuária em duas atividades principais: a suinocultura e os laticínios.

Quanto ao potencial da suinocultura, o Relatório sugere a fundação em Itapiranga de um matadouro-frigorífico. A conclusão é baseada na matéria prima produzida em larga escala na região. Conforme o estudo, no ano de 1961 o município de Itapiranga produziu 43.866 porcos para abate, dos quais foram exportados 3.294.120 kg de carne. A exportação de banha

de fraca qualidade foi da ordem de 61.333 kg. Com base nesses dados e na disponibilidade de matéria prima na região próxima a Itapiranga, o estudo previu um abate diário de 250 porcos, o que por si só, já justificaria a instalação de um frigorífico. Conforme o Relatório havia a necessidade de “melhorar as raças em virtude da diminuição da procura da carne com excesso de banha, conseqüentemente mais sadia para o organismo humanos.” (AGRO E HIDRO TÉCNICA, 1962, p. 36)

Foi sugerida a substituição de suínos que produzem muita banha, por raças com maior potencial de produção de carne, como a Duroc-Jersey, cruzada com Landrasse e Berkshire. Essa conclusão é fundamentada na potencial capacidade do frigorífico em produzir produtos de maior valor de comercialização, como o presunto, defumados e outros embutidos.

Para a acumulação do capital necessário para a efetivação da obra, o Relatório sugere a criação de uma cooperativa de suinocultores. No entanto, como o próprio estudo enfatiza, devido à renda dos agricultores, as poupanças da classe não seriam capazes de satisfazer as exigências com respeito ao investimento necessário. Nesse caso, a fim de mobilizar todos os recursos disponíveis na região, foi sugerida uma sociedade por ações. Esse aspecto merece nossa atenção, pois o frigorífico foi fundado no sistema de sociedade anônima, o que facilitaria a venda de ações, pois cada investidor dispunha de diferentes somas de capital para investir no empreendimento (FRANZEN, 2014).

As características previstas para a construção do futuro frigorífico englobavam diversos fatores, como a localização, o tratamento da água, tanto da potável como a residual. A projeção era de iniciar o abate de 300 suínos por dia, podendo ser ampliado para 400 suínos/dia. Previu-se a questão da logística como o estoque em câmaras frigoríficas para 30 dias e estacionamento com rampas de carga e descarga dos caminhões.

O Relatório de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga também apontou a possibilidade do aprimoramento da cadeia produtiva do leite. A região, pela tradição agrícola, possuía uma considerável produção leiteira, que tinha como função principal o fornecimento de leite para a alimentação e a fabricação artesanal de seus derivados para o consumo familiar. A potencialização da produção leiteira numa perspectiva industrial foi um projeto que se tornou realidade diante da possibilidade do apoio da Misereor.

O Relatório de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga apontou um grande potencial da bacia leiteira no município. Conforme o levantamento, foram contabilizadas 4.205 vacas, as quais produziam para venda 191.235 litros de leite ao mês, 30.795 quilos de nata, 7.737 quilos de manteiga e queijo. Conforme o relatório, a média era de 0,54 litros de

leite por vaca/dia, produção muito baixa, reflexo do rebanho de genética “ruim” e do manejo considerado inadequado.

O levantamento sugeriu que fosse empreendida uma cooperativa de laticínios visando à industrialização do leite e o aumento da produção por meio de projetos de melhoramento genético e de manejo. Para a instalação da indústria, o estudo estipulou investimento de aproximadamente Cr\$ 40.000.000,00 ou U\$ 111.000,00, valor captado dos futuros associados e de possíveis financiamentos junto às instituições de instituições de fomento, como a própria Misereor e o Banco do Brasil.

A Cooperativa de Laticínios Itapiranga foi inaugurada oficialmente no dia 04 de agosto de 1962 e sua produção iniciou somente em 1966. Todo projeto de implantação, tanto de captação de matéria prima e de logística, foi coordenado por um engenheiro agrônomo contratado pela Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga. A fábrica e o posto de armazenamento do leite foram instalados na Vila São João, atualmente município de São João do Oeste.⁶

De uma maneira geral, a cooperativa de leite e a fábrica de laticínios foram decisivas na formatação de um novo padrão produtivo na atividade leiteira local. Novas técnicas de manejo, melhoramento genético, industrialização da matéria prima, reestruturação das propriedades e inserção dos produtores no mercado leiteiro podem ser alguns dos aspectos decorrentes desse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que os processos de modernização e integração da economia brasileira no pós-Segunda Guerra representaram uma tentativa de constituir novos padrões produtivos e sociais no Brasil. Essa conjuntura se manifestou de diversas formas nos mais variados segmentos, mas foi singular em regiões agrícolas.

Os discursos e as práticas fluíram para a concretização de um projeto desenvolvimentista, confundido muito vezes com um ideal de progresso, que afetou as cadeias produtivas e as relações socioeconômicas locais. Essa realidade expressou-se evidentemente em Itapiranga. Diante de uma demanda constituída localmente, diversos segmentos participam ativamente de um projeto de desenvolvimento local, que apontou novos paradigmas para a região.

⁶ A Cooperativa de Laticínios Itapiranga também foi beneficiada com recursos financeiros da Misereor, através dos projetos de cooperação de números 233-58/2 e 233-58/2A.

Com o apoio financeiro da instituição alemã Misereor, que obviamente se inseria também numa lógica geopolítica e de uma ordem econômica internacional, foram concretizadas propostas que visavam instaurar um novo modelo econômico e produtivo local. A elaboração do Relatório de Desenvolvimento Econômico de 1962 transformou-se num instrumental para angariar recursos financeiros e parceiros para efetivar os projetos que tinham como proposta inserir e alinhar Itapiranga ao modelo brasileiro de modernização da agricultura, baseado na modernização das relações produtivas e na integração do setor agrícola à economia nacional, uma produção racionalizada voltada ao abastecimento dos mercados consumidores urbanos e do aprimoramento do manejo e das técnicas de trabalho.

A partir desse Relatório, a comunidade local engendrou-se em buscar financiamentos para a execução dos projetos desenvolvimentistas nas décadas de 1960 e 1970. O frigorífico foi posto em prática com base no capital social local, a escola de formação agrícola foi financiada com recursos da mesma Misereor e com recursos do governo estadual de Santa Catarina, a cooperativa de leite foi financiada também com recursos da Misereor, da existência do capital financeiro local e de financiamentos junto a órgãos governamentais brasileiros.

Portanto, a consecução do Relatório de Desenvolvimento Econômico de 1962 e do estudo de viabilidades econômicas locais abriu perspectivas de modernização das relações produtivas regionais, inserindo Itapiranga no cenário econômico catarinense e brasileiro por meio de um processo de alinhamento aos novos padrões do que se idealizou para o desenvolvimento do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arquivo da Misereor, Aachen, Alemanha. Projetos consultados: 233-058/003.

AGRO E HIDRO TÉCNICA. *Relatório de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga*. (Mimeo), 1962.

CONSTRUINDO o frigorífico. *Jornal Itapiranga em Marcha*, Itapiranga, 31 de agosto de 1962, nº 76, p. 1.

ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1997.

ERB, Scott. *German foreign policy: navigating a new era*. Lynne Rienner: Boulder, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRANZEN, Douglas Orestes. *Frigorífico Safrita de Itapiranga: um projeto de desenvolvimento regional no extremo oeste catarinense*. Letra&Vida: Porto Alegre, 2014.

_____. Os católicos alemães e a política de cooperação transnacional: gênese da fundação e expansão da instituição Misereor. In: *Revista Latino Americana de História*. V. 4, nº 14, p. 251-271, 2015.

GOULARTI FILHO, Alcides. *A formação econômica de Santa Catarina*. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

HAHN, Mauro. *Capital Social e estratégias de desenvolvimento econômico na microrregião de Itapiranga (SC)*. 121 p. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agrossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005

KEGLEWICH, Gabriel. Itapiranga vive uma encruzilhada histórica. *Jornal Itapiranga em Marcha*, Itapiranga, 30 de novembro de 1962, nº 82, p. 01.

KIEFER, W.; RISSE, H.T. *Misereor: ein Abenteuer der christlichen Liebe*. Mainz, Deutschland: Mathias-Grünwald-Verlag, 1962.

MICHELS, Ido Luiz. *Crítica ao modelo catarinense de desenvolvimento: do planejamento econômico, 1956 aos precatórios, 1997*. Campo Grande, MS: Editoria da UFMS, 1998.

NEUMANN, Rosane Márcia. *Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da colonizadora Meyer no Noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009.

PEREIRA, José Maria Dias. Uma breve história do desenvolvimentismo no Brasil. In: *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, p.121-141, jul.-dez. 2011.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Tradução Emery Ruas. Porto Alegre: Editora Globo, 1969

SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TOSKER, Sylvie. *Les catholiques allemands à la conquête du développement*. Paris, França, L'Harmattan, 1997.

WERLE, André Carlos. *A revista de tropas do exército católico alemão: Congresso Católicos na Alemanha e no Sul do Brasil*. 218 p., Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

ARTIGO ENVIADO EM: 08/09/2016

ARTIGO ACEITO PARA PUBLICAÇÃO EM: 09/12/2016